

NOTAS INTRODUTÓRIAS AO SERMÃO DO MONTE

Os sermões que temos diante de nós, diz o Prof. Burwash, contém o sistema ético de Wesley. É um sistema inteiramente lógico com sua teologia, dela brotando como cresce o ramo do tronco da árvore. Nas grandes obras de erudição cristã da era presente, a ética é universalmente reconhecida como a província mais importante da Teologia. A distinção entre a ética cristã e os velhos sistemas filosóficos de ética também se evidencia claramente. “A última procede da consciência da moral como tal”, enquanto que a primeira resulta da consciência moral como uma “*consciência de Deus, religiosa e evangélica*”. Nenhuma definição poderia expressar mais completamente o que fez Wesley nos sermões que se seguem. Sua grande divisão do assunto em *caráter subjetivo e motivo objetivo* corresponde precisamente às “relações morais internas e externas” de Hagenbach.

O objetivo do dever cristão sempre ocupou um lugar muito importante no ensino religioso de todas as escolas. Antes da Reforma, os escritores latinos já se dividiam em duas grandes classes: aqueles cujo conceito do dever cristão repousava sobre uma fórmula prescrita de observâncias exteriores e aqueles para quem a essência do dever descansava sobre certos estados íntimos. Ambos tem como doutrina, ou ideal, a perfeição cristã. Esses sistemas éticos são não apenas uma parte da religião, mas constituem quase a totalidade dela. A Reforma, com sua doutrina da fé como elemento central da religião, naturalmente diferia muito desse ensino. A ética cristã não se punha à margem, mas ocupa uma relação nova e menos proeminente para com a religião. O ponto de partida da ética passou a ser a absoluta soberania de Deus, cuja lei imutável era o padrão absoluto de justiça e a única perfeição, e a ética cristã era a *imperfeita* arrancada da nova vida rumo a esse ideal, de que, entretanto, só podia ficar muito distante. Essa arrancada da nova vida para o dever era incapaz de perfeição e incapaz de mérito, e não era, em sentido próprio, uma condição *probatória* ou de *salvação*. O modo pelo qual a ética era tratada nesses sistemas teológicos consistia, não tanto de uma exposição do dever cristão, mas de uma exposição da absoluta lei moral, à luz da qual os homens pudessem ver sua própria pecaminosidade e a glória da obra propiciatória de Cristo. A base universalmente adotada para tal exposição era a lei moral dos Dez Mandamentos.

No tempo de Wesley os autores que tratavam do dever moral podiam agrupar-se em três classes: 1) Muitos dos escritores da Igreja, tais como Taylor e Law, aproximavam-se mais estreitamente dos métodos romanistas de expor os deveres cristãos. 2) Os descendentes dos puritanos representavam mui fielmente o ensino da Reforma, especialmente o de Calvino. 3) Surgira uma nova escola de escritores de ética, que fizeram a revisão da ética filosófica dos antigos e, no caos de Butler, guindaram-na a uma perfeição não ultrapassada antes dele e talvez nem mesmo depois. O modo de Wesley tratar a grande questão dos deveres humanos difere de todos esses. Poderia parecer exagero dizer que ele criou um novo e original sistema ou método de exposição; esta é, contudo, sob muitos aspectos, a verdade. Já vimos como ele enfeixou num só corpo, em sua própria vida religiosa, as grandes verdades da religião e de dever, recrutando-as de todos os ramos da Igreja Cristã; nesse terreno seria erro pretender demasiada originalidade. No presente assunto ele foi, todavia, original, e avançou muito para seu tempo, não tendo sido excedido pelos melhores expositores de ética probacional da igreja romana, a ética absoluta e evangélica da teologia da Reforma e os mais altos princípios da ética filosófica, delas deduzindo uma concepção de *dever cristão* em que Deus figura como o supremo soberano num verdadeiro sentido moral, e não sem sentido meramente determinista; em que sua natureza vem a ser a fonte absoluta de luz e sua glória o fim supremo; em que o amor de Cristo é o supremo motivo, sendo a perfeição cristã, em relação a tal sistema ético, sua bendita realização na vívida experiência da Igreja.

Selecionando uma base bíblica para a exposição dos deveres cristãos, Wesley foi especialmente afortunado e sábio na escolha do

Sermão do Monte, em lugar do Decálogo do Velho Testamento. O Sermão do Monte se distingue pelas seguintes peculiaridades de seu ensino ético:

1. Tanto trata do caráter íntimo como da vida exterior.
2. Trata dos atos exteriores do ponto de vista da intenção, pela qual sua qualidade é determinada a eles se ligam intimamente ao homem interior.

3. Deste modo ele nos apresenta, não apenas moralidade negativa da abstinência do pecado, mas uma qualidade moral, a santidade de *todos os atos*, mesmo dos que seriam, sob outro aspecto, indiferentes.

4. Usa dos estados específicos morais e de atos exteriores meramente como ilustrações de *princípios gerais*, que são de aplicação universal.

5. Une a lei do amor, interna e subjetiva, à lei objetiva da responsabilidade perante a suprema *autoridade*, reforçada pela recompensa e pela punição. Isto se torna, assim, na lei da *provação cristã*, embora não adâmica.

Todos esses princípios foram claramente apreendidos por Wesley, e percebe-se que eles penetram seus sermões e sua teologia, como acontece também com este grande sermão de Nosso Senhor. O último desses princípios, com especialidade, aparece na teologia wesleyana como não o faz em nenhum outro sistema. Ele expõe, sem dúvida e sem possibilidade de contestação, a grande doutrina da *livre responsabilidade do homem*, e de maneira absolutamente evangélica faz evoluir toda a moralidade cristã da *fé que opera por amor*.

ESBOÇO DO SERMÃO DO MONTE

O Mestre que aí aparece é o Rei, o Legislador, a Sabedoria Eterna. Ensina a perfeita vontade de Deus, a natureza daquela santidade sem a qual ninguém verá ao Senhor. Ensina-o a todas as raças da humanidade. Ensina-o de maneira compreensível, de modo como não encontramos em parte alguma, exceto no Decálogo; e ensina num espírito de amor, se bem que com autoridade. O discurso se divide em três partes principais:

I. No quinto capítulo, a súplica de toda a religião verdadeira – o reto estado do coração – é estabelecida e resguardada contra as falsas glosas dos homens.

II. No capítulo sexto se estatuem as regras da reta intenção, que devemos preservar em todas as nossas ações exteriores, sem mescla de desejos profanos ou ansiosos cuidados pelas coisas necessárias à vida.

III. No sétimo capítulo se recomendam precauções contra os principais tropeços da religião e fazem-se exortações para que o homem os evite.

I. O resumo de toda a religião verdadeira em oito pontos explanados e resguardados contra as falsas glosas dos homens (sermões 21-25)

1. Pobreza de espírito, ou convicção de pecado, renúncia de nós mesmos e de nossa própria justiça. Aos tais é feita a promessa do reino dos céus, que é “justiça”, etc.

2. Pranto, contrição, tristeza pelo pecado e segundo Deus.

3. Mansidão, refreando-se o homem de todas as paixões violentas. Nosso Senhor a resguarda contra as interpretações condizentes com a fraqueza pecaminosa do coração humano. O meio de reconciliação definido. 4. Fome e sede de justiça. Intenso desejo que não pode ser satisfeito com a simples justiça exterior.

5. A misericórdia, que sob certo aspecto, inclui toda a terna caridade, ou amor. (1Co 13).

6. Pureza de coração, que nosso Senhor ilustra com o sétimo e com o terceiro mandamento do Decálogo.

7. Promotores da paz. O espírito de benevolência universal. Fazer o bem a todos os homens.

8. Suportar com paciência a perseguição, indo até o ponto de amar os inimigos e orar por eles. Tal é o estado interior do coração do cristão. A beleza da Santidade, que é em espécie, conquanto não o seja em grau, perfeita como nosso Pai celestial é perfeito.

Mas essa religião não é meramente interior. Deve transmitir-se aos outros, deve brilhar como a luz e ser vista através das boas obras. O Cristianismo é uma religião social e não solitária. Isto resulta da Escritura e das razões do próprio caso. Demonstra-se que a doutrina oposta é um engano. Mas a manifestação de nossa religião deve ter como objetivo a glória de Deus. Nem essa religião interior livra da obrigação de manter a moralidade exterior do Decálogo... A violação do mandamento mínimo deve ser fatal ao gozo desse reino interior. Opõe-se ao antinomianismo, mas sua perfeição está infinitamente além do simples farisaísmo exterior, não só na severidade do ato exterior, mas, especialmente, no espírito interior.

II. O complemento daquela santidade interior – as disposições, tendências e afeições que decorrem da viva fé em Cristo, e que se manifestam em todas as boas obras e em guardar a lei, tanto no espírito como na letra, - é a intenção reta. A pureza de intenção imprime qualidade moral a todos os atos. Isto nosso Senhor ilustra:

1. Em atos de misericórdia, que se adulteram, se praticados para serem vistos pelos homens.
2. Em atos de religião, como oração e jejum – sendo que a oração deve constituir na simples expansão do coração perante Deus só, de que nosso Senhor nos dá o modelo, compreendendo tudo quanto podemos razoavelmente pedir ou honestamente de sejar. Assim também no jejum devemos considerar: 1) a natureza desse ato de religião; 2) suas razões, seus fundamentos e seus fins; 3) os meios de responder às objeções que se levantam contra ele; 4) aprendemos o modo correto de o praticar.
3. Nos atos da vida comum. Negócios. A intenção são os olhos da alma. A pureza enche-os de luz, o pecado os enche de trevas. Não é possível uma dupla intenção. Não podemos ajuntar tesouros na terra e ainda preservarmos a pureza de intenção. Mas isto não exclui provisões para a vida honesta, para o conforto de nossa família e para o custeio de nossas necessidades temporais. Mas o amor ao dinheiro e o desejo, ou a cobiça, das riquezas, a confiança nestas e a procura de seu incremento, são excluídos. Não podemos servir a dois senhores.

III. Os principais tropeços armados a essa religião.

1. O juízo, ou o espírito crítico, que permite falar mal de pessoa presente ou ausente, e todo meu pensar e condenação do inocente, mais do que ele mereça.
 2. O largo, fácil, descuidado espírito. “Larga é a porta e espaçoso o caminho”, etc. ao contrário, o caminho da vida, o caminho da santidade universal, é apertado, somente por ele se entrando à custa de enérgica peleja.
 3. Falso ensino. Responsabilidade dos mestres. A aparência de inocência, préstimo, religião, amor, etc. Quais são os frutos práticos dessas doutrinas? Nos próprios mestres? Nos discípulos?
- Exortação final. A casa construída sobre a areia. Dizendo: “Senhor, Senhor!” Esperando alcançar o céu por qualquer caminho que não seja o da santidade, tal como ortodoxia, inocência, boas obras externas. A casa construída sobre a rocha. Sumário da verdadeira religiosa e aplicação a seus ouvintes.

ESBOÇO DO SERMÃO 21

I. O TEMPO. Depois de ter ido nosso Senhor através da Galiléia, ensinado nos sinagogas e pregando o Evangelho do Reino. A conseqüência natural foi reunir-se uma grande multidão, que o seguiu de lugar em lugar.

II. O PREGADOR. O Senhor dos céus e da terra, o Criador de todas as coisas. A eterna Sabedoria do Pai, que fez o homem e conhece sua constituição. Este conhecimento o grande Profeta o empregou no dar preceitos e mandamentos que a Sabedoria infinita sabe serem adaptáveis às necessidades de suas criaturas.

III. O ASSUNTO. O caminho para os céus. O que veio dos céus revela os meios pelos quais podemos ir para o lugar que Ele nos preparou, depois de termos cumprido os deveres desta vida. Apontada a estrada real que conduz ao Reino. Nada de supérfluo se menciona e nada de útil se omite. Explanando as palavras fiéis e verdadeiras, Ele refuta os erros e enganos dos escribas e fariseus, e censura os mestres que perverteram os caminhos da verdade e da justiça.

IV. O AUDITÓRIO. Não os doze discípulos somente. A esses um pequenino espaço teria sido suficiente. No topo da montanha grande multidão se reúne. A esses ouvintes diversos, incluindo-se os doze, o sermão se dirige; mas não somente a eles. Dirige-se a todos os homens, em todos os tempos. Todas as raças da humanidade ali recebem ensino no tocante ao caminho da salvação.

V. O MÉTODO. Ele fala como nenhum homem jamais falou. Como quem tem autoridade, e não como os escribas. Não ensina como Paulo, Pedro ou João, nem ainda como Moisés, o Legislador dos Judeus. Sua maneira difere de seu próprio mé-todo usual. Em nenhuma outra ocasião ou lugar parece ter Jesus

empreendido dar-nos um tão claro prospecto do cristianismo. Aspectos particulares do cristianismo Ele os debateu em várias ocasiões, mas nas outras ocasiões nunca houve o propósito de apresentar todo o sistema em suas partes constitutivas. Suas palavras são pronunciadas em suave amor; não com os terrores do Sinai, mas com o doce, persuasivo apelo que se dirige à razão e toca o entendimento. O discurso se divide em três partes principais: a primeira contida no capítulo cinco, apresenta o resumo de toda a verdadeira religião; a Segunda, abrangendo o capítulo seis, traz a regra da reta intenção; a terceira, contida no capítulo sete, adverte contra os principais tropeços da religião.

VI. O RESUMO DE TODA A VERDADEIRA RELIGIÃO. O fundamento de tudo é a pobreza de espírito. Não meramente a libertação da cobiça. Nesse sentido diz S. Paulo: “O amor do dinheiro é a raiz de todos os males”. Convicção de pecado e conseqüente arrependimento. A humildade de coração é a verdadeira humildade cristã. A bem-aventurança dos que choram. A promessa: “Eles serão confortados”. Aplicação.

SERMÃO 21



SOBRE O SERMÃO DO MONTE

Discurso 1

“E vendo Jesus a multidão, subiu ao monte; depois de se ter sentado, aproximaram-se seus discípulos. E ele, abrindo sua boca, os ensinava, dizendo: Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados”.

(Mateus 5.1-4)

1. NOSSO SENHOR “ai” agora “por toda a Galiléia” (Mt 4.23), a partir do momento “em que João fora posto no cárcere” (versículo 12), não somente “ensinando nas sinagogas e pregando o Evangelho do Reino”, mas também “curando toda sorte de doença e toda espécie de enfermidade entre o povo”. A natural conseqüência disso foi “seguirem-no grandes multidões da Galiléia, de Decápolis, de Jerusalém, da Judéia e da região trans-jordânica” (versículo 25). “E vendo a multidão”, que nenhuma sinagoga poderia conter, ainda que alguma se encontrasse à mão, “subiu ao monte”, onde se espaçava lugar para quantos tinham ocorrido de todos os lados. “Depois de se ter sentado”, como era de uso entre os judeus, “aproximaram-se seus discípulos; e ele, abrindo sua boca” (expressão que denota o início de um discurso solene), “ensina-os, dizendo...”

2. Observemos quem é o que aí fala, para que saibamos como deveremos ouvi-lo. É o Senhor do céu e da terra, o Criador de todas as coisas; Aquele que, nesta qualidade, tem direito de dispor de todas as criaturas; o Senhor nosso Rei, cujo domínio é desde a eternidade e a tudo governa; o grande Legislador, que pode dar autoridade a todas as suas leis, sendo “capaz de salvar e de destruir”, de punir com “a destruição eterna pela sua presença e pela glória de seu poder”. É a Sabedoria Eterna do Pai, que sabe como fomos feitos e compreende nossa estrutura íntima; que conhece a relação em que nos encontramos para com Deus, para com os demais homens, para com todas as criaturas que o Senhor formou, e, conseqüentemente, como adaptar toda a lei por Ele prescrita às circunstâncias em que nos encontramos. É o que se mostra “amável para com todo homem e cuja misericórdia está sobre todas as suas obras”; o Deus de amor que, tendo-se despojado de sua glória eterna, veio da parte de seu Pai; foi enviado por Deus “para abrir os olhos aos cegos e para iluminar aos que estão assentados nas trevas”. É o grande Profeta do Senhor, a respeito de quem havia Deus desde muito tempo solenemente declarado: “O que não quiser ouvir as minhas palavras que ele falar em meu nome, eu o requerei dele” (Dt 18.19); ou, como se expressa o apóstolo: “Toda alma que não ouvir a esse Profeta, será exterminada do meio do povo” (At 3.23).

3. E que ensino Ele ministra? O Filho de Deus, que desceu do céu, mostra-nos ali o caminho do céu, do lugar que Ele nos preparou, da glória que Ele tivera antes que o mundo existisse, ensina-nos o verdadeiro caminho da vida eterna, a estrada real que leva ao Reino e o único caminho verdadeiro, nenhuma vereda paralela existindo, visto que todas as demais estradas conduzem à perdição. Pelo caráter do Pregador estamos bem seguros de que Ele declara a inteira e perfeita vontade de Deus. Não omitiu sequer um til de tudo quanto recebeu do Pai, nem tão pouco se esquivou à manifestação de todo o conselho de Deus, e menos ainda pronunciou qualquer coisa má, contrária à vontade daquele que o enviou. Todas as suas palavras são verdadeiras e justas no tocante a todas as coisas – e permanecerão de pé por todos os séculos.

E podemos facilmente notar que, explanando e confirmando essas asserções fiéis e verdadeiras, Jesus tem o cuidado de refutar não só os erros dos escribas e fariseus, que consistiam então nos falsos comentários, graças aos quais os mestres judaicos daquele tempo pervertiam a palavra de Deus, mas todos os erros práticos que se mostrassem inconsistentes com a salvação, e que de futuro se levantassem na Igreja Cristã; todas as interpretações pelas quais os mestres cristãos (assim chamados), de qualquer idade ou nação, pudessem perverter a Palavra de Deus e levar as almas descuidosas a buscarem a morte no erro de sua vida.

4. E daí somos mui naturalmente levados a observar quais são os que ali recebem ensino. Não apenas os apóstolos: se assim fosse, não haveria necessidade de Ele galgar a montanha. Uma sala da casa de Mateus, ou de qualquer que os discípulos, bem podia conter os doze. Nem parece que os discípulos que se acercaram de Jesus fossem em número de doze somente. Pela expressão – Οἱ μαθηταί αὐτοῦ, - sem qualquer ênfase dada às palavras, pode entender-se todos os que desejavam aprender com Jesus. Para colocar isto fora de toda dúvida, para fazê-lo inegavelmente claro, notemos que, onde se diz: “Ele, abrindo sua boca, os ensinava”, o pronome objetivo os inclui todas as multidões que o acompanharam até o monte; necessitamos apenas observar os versículos finais do capítulo sete: “E aconteceu que, quando Jesus terminou o discurso, as turbas (οἱ ὄχλοι) estavam admiradas de sua doutrina”, ou ensino; “porque ele as ensinava”, as turbas, “como quem tinha autoridade, e não como os escribas do povo”. Não eram somente as multidões, que com Ele estavam no monte, que recebiam ensino no tocante ao caminho da salvação: mas todos os filhos dos homens; todas as raças da humanidade; os que não eram ainda nascidos; todas as gerações futuras, até o fim do mundo; todos os que pudessem, em qualquer tempo, ouvir as palavras desta vida.

5. Todos os homens estão concordes em relação a certas partes frisadas no discurso. Ninguém, por exemplo, nega que o que foi dito acerca da pobreza de espírito se refere aos homens de todas as categorias. Mas alguns supõem que outras partes se referiam somente aos apóstolos, ou aos primeiros cristãos, ou aos ministros de Cristo, e nunca tiveram em vista abranger a totalidade dos homens, que em conseqüência, nada tem a ver com elas.

Podemos, entretanto, perguntar, e não sem razão: Quem lhe disse isto, ou seja, que algumas partes deste discurso interessem apenas aos apóstolos, ou aos cristãos da era apostólica, ou aos ministros de Cristo? Meras asserções não são provas suficientes para estabelecer conceito de tão alta relevância. Ensinou-nos o próprio Senhor que certas porções de seu discurso não se referiam a toda a humanidade? Se assim fora, Ele, sem dúvida, no-lo teria dito; não podia ter omitido informação tão necessária. O Mestre, porém, nos diz isto? Onde? No decorrer do próprio discurso? Não; aí não existe a menor sombra desse asserto. Disse-o qualquer outra parte, em qualquer outra preleção? Coisa alguma que de leve toque nesse assunto encontramos em quaisquer palavras ditas por Ele, fosse às multidões, fosse a seus discípulos. Porventura algum dos apóstolos, ou quaisquer outros escritores inspirados, deixaram-no registrada qualquer instrução sobre o assunto? De modo nenhum. Nenhuma alusão desse gênero se encontra nos Oráculos de Deus. Que homens são, logo, os que assim se mostram mais sábios do que Deus – e bastante sábios para se colocarem acima do que foi escrito?

6. Talvez digam os tais que a própria natureza do discurso exige que se faça semelhante restrição. Se isto for verdadeiro, há de verificar-se uma destas hipóteses: ou que o discurso seja aparentemente absurdo sem que aquelas restrições, ou que, sem elas, entre em conflito com outras Escrituras. este não é, porém, o

caso. Claramente ressalta, quando examinamos suas várias partes, que nenhum absurdo há em que se aplicar todo o discurso a toda a humanidade. Nem se revela nenhuma contradição com nenhuma outra palavra que tenha sido pronunciada, nem com qualquer outra Escritura. Resulta igualmente claro que contra a aplicação de todas as partes deste discurso aos homens em geral, e não a qualquer grupo deles; nada há; uma vez que as diferentes partes são correlatas, unidas como as pedras que formam uma abóbada, não podereis tirar um fragmento sem que se destrua toda a obra.

7. Observemos, finalmente, como nosso Senhor ensina. Certamente que, como em todas as ocasiões, e particularmente no caso em apreço, - Ele fala “como homem algum jamais falou”. Não fala como os homens santos do passado, embora também eles falassem “movidados pelo Espírito Santo”. Não fala como Pedro, Tiago, João ou Paulo: havia, na verdade, sábios construtores em sua Igreja; mas, ainda neste ponto, segundo os graus da sabedoria celestial, os servos não são como seu Senhor. Nem fala como Ele próprio em qualquer outro tempo ou em qualquer outra ocasião. Parece não Ter sido seu desígnio assentar em outra ocasião, ou em outro lugar, de uma só vez, todo o plano de sua religião, dar-nos um claro prospecto do Cristianismo, descrever em cheio a natureza daquela santidade sem a qual ninguém verá a Deus. Aspectos parciais dessa santidade, Ele os revelou, na verdade, por um milhar de vezes, em diferentes oportunidades; nunca, porém, exceto dessa vez, apresentou, de propósito deliberado, um panorama íntegro do conjunto. Nem encontramos coisa alguma desse gênero em toda a Bíblia, a menos que alguém quisesse executar aquele breve esboço da santidade, dado por Deus a Moisés nas dez palavras, sobre o monte Sinai. Mas, ainda aí, como é grande a diferença entre uma e outra porção escriturística! “Na verdade, o que foi feito glorioso, não o é neste respeito, por causa da glória mais excelente” (2Co 3.10).

8. Acima de tudo, com que suave amor o Filho de Deus aí revela ao homem a vontade de seu Pai! Ele não nos traz outra vez “ao monte que ardia em chamas, nem à escuridão, trevas e tempestade”. Não fala como quando “trovejou desde o céu”, como quando o Altíssimo “produziu trovões, saraiva e raios de fogo”. Agora se dirige a nós em sua voz tranqüila e mansa: “Bem-aventurados”, ou felizes, “os pobres de espírito”. Felizes os que choram; os mansos; os que têm fome de justiça; os misericordiosos; os puros de coração; felizes no fim e no meio; felizes nesta vida e na vida eterna! É como se Ele dissesse: “Quem é o que procura viver e que de boa vontade quer contemplar melhores dias? Eis que eu vos mostrarei as coisas por que suspira vossa alma desde muito tempo! Vede o caminho que tão longamente buscastes em vão: o caminho suave, o caminho do repouso, da paz jubilosa, do céu cá de baixo e do céu lá de cima!”

9. Ao mesmo tempo, com que autoridade Ele ensina! Bem podiam os ouvintes dizer: “Ele ensina, não como os escribas”. Notai o modo (mas isto não pode ser expresso em palavras), o ar com que o Mestre fala! Não como Moisés, o servo de Deus; não como Abraão, amigo de Deus; não como qualquer dos profetas; não como qualquer dos filhos dos homens. É alguma coisa mais do que humano; mais do que pode ajustar-se a qualquer ser criado. Fala o Criador de todas as coisas! Deus, um Deus aparece! Sim, ó ΩΝ, o Ser dos seres, JEOVÁ, o que subsiste por si mesmo, o Supremo, o Deus que é dobre todas as coisas, bendito para sempre!

10. Esse discurso divino, pronunciado segundo o método mais excelente, ilustrando cada parte que se segue a parte que a precede, comumente se divide, e não com impropriedade, em três partes principais: a primeira compreende o capítulo V, a Segunda o capítulo VI e a terceira o capítulo sete. Na primeira se estabelece a súpula de toda a religião, fundada em oito itens, que são explicados, aduzindo o Mestre, na parte final do capítulo, um aviso contra os falsos comentários dos homens. Na segunda figuram as regras da reta intenção, que devemos preservar em todas as nossas ações externas, sem se mesclarem de desejos mundanos ou de ansiosos cuidados acerca mesmo das coisas necessárias à vida. Na terceira são formuladas advertências quanto aos principais tropeços da religião, terminando o Mestre com uma aplicação do conjunto.

I

1. Nosso Senhor estabelece, em primeiro lugar, em oito proposições, a súpula de toda verdadeira religião, explanando-se e aduzindo, no fim do capítulo V, avisos contra as falsas glosas dos homens. Alguns supuseram que o Mestre tivesse em vista, neste ponto, apontar os vários estágios da carreira cristã, os passos que o cristão sucessivamente dá em sua peregrinação rumo à terra prometida; outros, que

todos os pontos aí frisados pertencem a todos os tempos e a todos os cristãos. Por que não podemos concordar com uns e outros? Que inconsistência há entre eles? É irrecusavelmente certo que a pobreza de espírito, assim como qualquer outro traço de caráter aí mencionado, encontra-se, em todos os tempos, em maior ou menor escala, em todo real cristão. Igualmente verdadeiro é que o genuíno Cristianismo sempre começa em pobreza de espírito e avança segundo a ordem estabelecida, até que o “homem de Deus se faça perfeito”. Começamos com os mais humildes dons de Deus, mas, não renunciando a esses dons, somos chamados por Deus a lugares mais eminentes; entretanto, “até onde já alcançamos, aí permanecemos”, avançando, a partir daquilo que já dantes possuíamos, até as mais excelsas bênçãos de Deus, em Cristo Jesus.

2. O fundamento de tudo é a pobreza de espírito: por aí, pois, nosso Senhor começa: “Bem-aventurados” diz Ele – os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus”.

Pode-se razoavelmente supor que nosso Senhor olhava para os que se comprimiam em torno dele e, observando que não muitos ricos ali se encontravam, mas, ao contrário, os pobres da terra, nisso encontrou motivo para fazer transição das coisas temporais para as coisas espirituais. “Bem-aventurados” (ou *felizes*, como a palavra deveria ser traduzida, tanto neste versículo como nos que se seguem), “os pobres de espírito”. Ele não diz disto dos pobres segundo as aparências externas – não sendo impossível que alguns destes estejam tão longe da felicidade como um monarca em seu trono; mas “os pobres de espírito” são os que, quaisquer que sejam suas circunstâncias exteriores, possuem aquela disposição do coração que é o primeiro degrau de toda a real e substancial felicidade, seja neste mundo, seja no mundo por vir.

3. Alguns julgam que, pela expressão *pobre de espírito*, se devem entender os que amam a pobreza; os que estão livres da ambição, do amor ao dinheiro; os que mais temem as riquezas do que as estimam. Talvez que os que assim pensam tenham sido induzidos a tal conclusão pelo total apego de seu pensamentos à palavra em si, ou considerando a incisiva observação de S. Paulo, quando diz “o amor do dinheiro é a raiz de todos os males”. Daí resulta que muitos despojaram inteiramente, não só das riquezas, mas de todos os bens terrenos. Daí também procederam os votos de pobreza voluntária que surgiram na igreja romana, supondo alguns que a posse, em grau tão elevado, desse graça fundamental, seria largo passo dado em direção ao “Reino dos Céus”.

Parece que os que assim pensam não observaram, primeiro, que a expressão de S. Paulo deve ser tomada com alguma restrição; de outro modo ela deixa de ser verdadeira, porque o amor do dinheiro não é a raiz, a única raiz, de todos os males. Há no mundo mil outras raízes do mal, como a triste experiência diariamente registra. A dignificação daquelas palavras só pode ser a de que o amor do dinheiro é a raiz de muitos males, talvez nenhum outro vício existindo que nesse sentido lhe ganhe a palma. Em segundo lugar, não cabe à expressão usada por nosso Senhor – “pobres de espírito” – o significado que acabamos de referir, porque contraria o objetivo do Mestre, que era o de deitar o fundamento geral sobre que se deveria construir todo o edifício do cristianismo, desígnio este que de modo nenhum teria sua justificativa na simples precaução tomada contra determinado vício; de modo que, mesmo que se entendesse que semelhante precaução se deva incluir na intenção de tais palavras, não haveria possibilidade de ela constituir sua significação integral. Em terceiro lugar: o sentido em apreço não pode ser parte da significação real das palavras, a não ser que as acusemos de manifesta tautologia, visto que, se pobreza de espírito é somente a libertação da ganância, do amor ao dinheiro e do desejo de riquezas, coincide com as expressões que o Mestre aduz em seguida, sendo assim, apenas um aspecto da pureza de coração.

4. Quem são, logo, “os pobres de espírito”? Sem dúvida os humildes; os que se conhecem a si mesmos; os que estão convencidos de pecado; os que receberam de Deus o primeiro arrependimento, - o arrependimento que precede à fé em Cristo.

Não mais pode dizer algum deles: “sou rico, avantajado em bens e de nada preciso”, já que reconhece agora que é “infeliz, e pobre, e miserável, e cego, e nu”. Está convencido, na verdade, de que é espiritualmente pobre, nele não havendo nenhum bem de ordem espiritual. “Em mim, - diz ele – “não há nenhum bem”, mas, sim, tudo que é mau e abominável. Possui sentimento profundo da lepra asquerosa do pecado, que trouxe consigo desde o ventre de sua mãe, espalhando-se por toda sua alma e totalmente

corrompendo todos os seus poderes e faculdades. Vê cada vez mais nitidamente as inclinações más que resultam daquela raiz perversa: o orgulho e a altivez de espírito, a constante tendência para pensar de si mesmo mais altamente do que convém; a vaidade, a sede de estima e de honras da parte dos homens; o ódio ou a inveja, o ciúme ou a vingança, a ira, a malícia ou a amargura; a inata inimizade tanto contra Deus como contra o homem, que se exterioriza de mil modos; o amor do mundo, o egoísmo, os desejos loucos e insensatos que se lhe apegam ao íntimo da alma. Está profundamente convencido de quanta ofensa tem praticado por sua língua, senão por palavras profanas, imodestas, inverazes ou maldosas, ao menos por discursos que não eram “úteis para o fim de edificação”, nem “aptos a ministrarem graça aos ouvintes”, sendo todos, em conseqüência, corruptos à vista de Deus e ofensivos a seu Santo Espírito. As obras más agora se mostram à sua vista: se as contar, verificará serem elas mais do que se podem expressar. Mais depressa contaria ele as gotas de chuva, as areias do mar ou os dias da eternidade.

5. Agora suas culpas se tornam patentes à sua face: conhece a punição que merece, ainda que fosse em razão de sua mente carnal e da inteira, universal corrupção de sua natureza; mas, ainda muito mais em conseqüência de todos os seus maus desejos e pensamentos, de todas as suas palavras e ações pecaminosas. Não pode duvidar sequer por um momento de que afinal merece a condenação do inferno – “o verme que não morre e o fogo que nunca se extingue”. Acima de tudo, a culpa de “não crer no nome do unigênito Filho de Deus” pesa sobre ele. Como escaparei – confessa, - uma vez que “desprezei uma tão grande salvação?” “O que não crê já está condenado” e “a ira de Deus permanece dobre ele”.

6. Mas, que dará em troca de sua alma, que está entregue à justa vingança de Deus? “Com que se apresentará perante o Senhor?” Como pagará àquele que o possui? Pudesse ele, a partir deste momento, guardar perfeita obediência a todos os mandamentos de Deus, e isto ainda não faria expiação por um único pecado, por nenhum ato do passado da desobediência; uma vez que deve a Deus todos os serviços que é capaz de realizar, desde este momento até a eternidade: pudesse ele pagar isto, e ainda assim não resgataria de modo algum o que devia ter feito até aqui assim não resgataria de modo algum o que devia ter feito até aqui. Vê-se, pois, a si mesmo, profundamente desamparado no que toca à propiciação de seus pecados passados; perfeitamente incapaz resgatar por sua própria alma.

Mas se Deus lhe perdoasse todo o seu passado, sob a única condição de que ele não mais pecasse; de que, pelo tempo restante de sua vida, guardasse constante a inteira obediência a todos os seus mandamentos, bem sabe tal homem que isso de modo nenhum lhe aproveitaria, visto nunca lhe ser possível cumprir semelhante condição. Ele sabe e sente que não é capaz de obedecer sequer aos mandamentos exteriores da lei de Deus, certo como é que essa obediência não pode ser guardada enquanto o coração permanece em seu estado natural de pecado e corrupção, tanto mais se considerarmos que a árvore má não pode dar bons frutos. Não pode, porém, o tal purificar o próprio coração pecaminoso: aos homens isto é impossível, e, assim sendo, ele está perfeitamente impedido mesmo de iniciar a carreira nos mandamentos de Deus. Não sabe como dar um passo avante nesse caminho. Preso dentro do círculo de pecado, tristeza e temor, e não vendo meios de escapar-se, somente pode o infeliz bradar: “Senhor! Salva-me, ou eu pereço!”

7. A pobreza de espírito implica, portanto, no primeiro passo que ensaiamos no correr a carreira que nos está proposta; é o sentimento exato de nossos pecados interiores e exteriores e de nossa culpa e desamparo. Essa atitude alguns a têm qualificado com “a virtude da humildade”, ensinando-nos, deste modo, a orgu lhar-nos do conhecimento de nossa perdição! Mas a expressão de nosso Senhor é de espécie perfeitamente diversa, nenhuma idéia comunicando ao ouvinte senão a de simples necessidade, de nudez do pecado, de culpa desesperada e de grande miséria.

8. O grande apóstolo, tentando levar a Deus os pecadores fala de modo exatamente correspondente à idéia de Jesus. “A ira de Deus” – diz ele – “é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens” (Rm 1.17ss), acusação que diretamente atira ao mundo pagão, provando por ela estarem os tais sob a ira de Deus. Em seguida demonstra que os judeus não eram melhores do que os pagãos, entretanto, por isso, debaixo da mesma condenação; e tudo isso faz, não para que eles alcancem a “nobre virtude da humildade”, mas para que “toda boca emudeça e todo o mundo confesse culpado diante de Deus”.

O apóstolo passa a mostrar que eles estavam desamparados, assim como culpados, o que constitui o claro objetivo de todas aquelas expressões: “Por isso nenhuma carne é justificada pelas obras da lei”; “Mas

agora, a justiça de Deus, que é pela fé em Jesus Cristo, sem a lei, é manifesta”; “Concluimos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei”, - expressões que tendem, todas elas, para o mesmo alvo, isto é, “tirar do homem o orgulho”; humilhá-lo até o pó, sem ensinar-lhe a refletir sobre sua humildade como virtude; inspirar-lhe aquela plena, cortante convicção de absoluta pecaminosidade, culpa e desesperança, que atira o pecador, despojado de tudo, perdido e arruinado, nos braços do Ajudador, Jesus Cristo, o Justo.

9. A esta altura ninguém pode deixar de observar que o cristianismo começa exatamente onde termina a moralidade pagã: a pobreza de espírito, a convicção de pecado, a renúncia própria, a ausência de justiça própria (justamente o primeiro ponto da religião de Jesus Cristo), deixam para trás toda a religião pagã. Isto estava oculto aos sábios deste mundo, tanto que toda a linguagem Romana, com todo o aparato da era agostiniana, nem fornece vocábulo em que se nomeie a *humildade* (a palavra de onde tomamos por empréstimo esta, como é bem sabido, tem em latim um significado inteiramente diverso)⁵⁷; não; nem nenhuma palavra se encontrou em todo o copioso vocabulário da Grécia, até que a descobrisse o grande apóstolo.

10. Oh! Que sintamos o que eles não foram capazes de expressar! Acorda, pecador! Conhece-te a ti mesmo! Conhece e sente que foste “gerado em iniquidade” e que “em pecado tua mãe te concebeu”; e que tu mesmo tens amontoado pecado sobre pecado, desde o dia em que começaste a discernir o bem e o mal! Humilha-te debaixo da poderosa mão de Deus, como réu que és de morte eterna; e afasta, renuncia, aborrece mesmo a imaginação de que possas abastar-te de ti mesmo! Que toda tua esperança seja lavada no sangue daquele que “levou todos os nossos pecados em seu próprio corpo para o madeiro” e renovada no seu onipotente Espírito! Assim serás testemunha de que “felizes são os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus”.

11. Este é o Reino dos Céus, ou de Deus, que está dentro de nós, ou sejam “a justiça, a paz e o gozo no Espírito Santo”. E que é a justiça, senão a vida de Deus na alma; a mente que havia em Cristo Jesus; a imagem de Deus estampada no coração, agora renovada segundo a semelhança daquele que o criou? Que é justiça, senão amor de Deus, porque Ele primeiro nos amou, e, por sua causa, amor a toda a humanidade?

E que vem a ser essa “paz”, a paz de Deus, senão aquela calma serenidade de alma, aquele doce descanso no sangue de Jesus, que não deixa dúvidas acerca de nossa aceitação nele; que exclui todo temor, a não ser o amoroso, filial temor de ofender a nosso Pai que está nos céus?

Este Reino interior também implica em “gozo no Espírito Santo”, que sela em nossos corações a “redenção que há em Jesus”; a justiça de Cristo imputa a nós “para a remissão dos pecados passados”, que agora nos dá “o penhor de nossa herança”, o penhor da coroa que o Senhor, Justo Juiz, nos dará naquele dia. Bem se pode chamar a isto “Reino dos Céus”, visto ser o céu previamente aberto na alma; o primeiro deslizar das torrentes de prazer que correm para sempre da direita de Deus.

12. “Deles é o Reino dos Céus”. Quem quer que sejas, que recebeste de Deus o Dom de ser “pobre de espírito”, em lugar de estares perdido, tens o direito ao Reino, consoante a promessa daquele que não pode mentir. Foi adquirido para ti pelo sangue do Cordeiro. Estás à entrada dos céus: eles estão muito próximos. Um passo mais – e entrarás no Reino da justiça, paz e alegria! És todo pecado? “Eis o Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo!” És todo impiedade? És incapaz de resgatar o mínimo de teus pecados? “Ele é a propiciação por” todos os teus pecados. Crê no Senhor Jesus Cristo, e todos os teus pecados serão cancelados! És totalmente impuro de alma e de corpo? Aí está a “fonte que leva o pecado e a impureza!” “Levanta-te e lava teus pecados!” Não vaciles mais, por causa da incredulidade, em face da promessa! Dá glória a Deus! Trata de crer! Clama desde as profundezas de teu coração:

“Sim, eu me rendo, rendo-me afinal,

Ouvindo a voz de teu sangue;

Com todos os meus pecados, entrego-me

A meu Deus propiciador”.

13. Aprende, pois, com Ele a ser “humilde de coração”. E esta é a verdadeira, genuína humildade cristã, que decorre do sentimento do amor de Deus, reconciliando conosco em Cristo Jesus. A pobreza de

espírito, neste sentido da palavra, começa vem a ser o contínuo reconhecimento de nossa total dependência do mesmo Deus, em todo o pensamento bom, a boa palavra ou boa obra; de nossa profunda incapacidade para todo o bem, a não ser que Ele “nos regue a cada momento”; e o aborrecimento do louvor que vem dos homens, sabendo que toda a honra é somente devida a Deus. A isto se aduz um remorso salutar, uma terna humilhação diante de Deus, tanto em razão dos pecados que sabemos perdoados, como no tocante ao pecado que sabemos ainda permanecer em nosso coração, embora saibamos que ele nos não será imputado para condenação. Entretanto, a convicção que nutrimos de nosso pecado inato é cada dia mais profunda. Quanto mais crescemos em graça, melhor sentimos a desesperada maldade de nosso coração. Quanto mais avançamos no conhecimento e no amor de Deus, através de nosso Senhor Jesus Cristo (isto pode parecer um mistério impenetrável aos que não conhecem o poder de Deus para a salvação), mais claramente discernimos nosso afastamento de Deus, a inimizade que existe em nossa mente carnal e a necessidade de sermos inteiramente renovados em justiça e verdadeira santidade.

II

1. Temos, na verdade, obscura concepção do que se passa quando começamos a conhecer, em nosso interior, o Reino dos céus. “Em sua prosperidade ele dizia: eu nunca serei abalado; tu, Senhor, tão forte fizeste o monte que me pertence”. O pecado de tal modo se apaga sob seus pés, que o pecador dificilmente crê que ele ainda permaneça. A tentação silenciosa, não mais segredando; ela não se pode aproximar, contentando-se, pois, em espreitar à distância. Voa alto nos carros da alegria e do amor; voa “como sobre as asas da águia”. Mas nosso Senhor sabe que esse estado triunfal nem sempre continua por muito tempo: por isso acrescenta sem demora: “Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados”.

2. Não que devamos imaginar que tal promessa pertença àqueles que somente choram por algum motivo terreno; que estejam em tristeza e penas meramente em conseqüência de alguma provação ou desapontamento mundano, como seria a perda da reputação ou de seus amigos, ou a ruína de sua fortuna. Quão pequenino direito tem a consolação os que se afligem pelo temor de algum dano temporal, ou que sofrem com os cuidados ansiosos, ou que suspiram pelas coisas terrenas, as quais “fazem o coração enfermo!”

Não pensemos que esses “receberão do Senhor alguma coisa”: Deus não entra em nenhum de seus pensamentos. Eles “andam após uma sombra vã, e é em vão que se inquietam”. “E isto tereis de minhas mãos, diz o Senhor: Vós sereis afligidos com tristeza”.

3. Os que choram, dos quais aí fala nosso Senhor, são os que choram de maneira mui diversa: são os que choram segundo Deus, segundo Aquele em que “se regozijam com gozo indizível” quando lhes é dado “provar o bem”, a perdoadora “palavra e os poderes do mundo por vir”. Mas Deus agora, “oculta sua face, e eles são conturbados”; não podem contemplá-lo através da espessura da nuvem. Vêem, todavia, a tentação e o pecado, que supunham firmemente terem-se ido para sempre, levantando-se de novo, seguindo-os outra vez e cercando-os por todos os lados. Não é para estranhar que sua alma se inquiete e a turbção e a tristeza sobre eles recaiam. O grande inimigo não deixará de aproveitar-se da ocasião, insinuando: “Onde está agora o teu Deus? Onde estão as bênçãos de que falavas? Onde o começo do Reino dos céus? Não disse Deus: *teus pecados são-te perdoados*”. Certamente que Deus não to disse. Foi somente um sonho, uma ilusão, um castelo de tua imaginação. Se teus pecados foram perdoados, por que estás assim? Pode um pecador perdoado ser assim tão ímpio?” Se, então, em lugar de clamarem imediatamente por Deus, eles discutem com o que lhes excede em figura, ficarão, na verdade, angustiados, em tristeza de coração, em agonia que se não pode descrever. Depois, quando Deus outra vez brilha sobre a alma e retira toda a dúvida acerca de sua passada misericórdia, ainda o que é fraco na fé pode ser tentado e conturbado por causa do que está para vir, especialmente quando revive o pecado interior e cumula-o de receios de que possa cair. Então clama a ele de novo:

“Tenho um pecado de temor de que, quando eu houver tecido

Minha derradeira malha, perecerei sobre a praia”,

- temo que naufraguei na fé e seja meu último estado pior que o primeiro; -

“Temo que me falte todo o pão da vida,
E que, sem mudança, tombe eu no inferno!”

4. É certo que esta “aflição”, no presente, “não é agradável” mas acabrunhadora; não obstante, traz consigo, a seguir, “àqueles que são provados por ela, fruto precioso”. Felizes, pois, os que assim choram, se “permanecem no repouso do Senhor” e não permitem sejam desviados do caminho pelos miseráveis consoladores deste mundo; se resolutamente rejeitam todas as condições do pecado, da loucura, da vaidade; todas as ociosas diversões e prazeres do mundo; todas as comodidades que “perecem pelo uso” e que somente tendem para a insensibilidade e para o torpor da alma, de modo que esta jamais tenha em si mesma a sensação de Deus. Bem-aventurados os que “prosseguem no conhecimento de Deus” e firmemente repudiam qualquer outro conforto. Eles serão reanimados pelas consolações do Espírito; por uma nova manifestação de seu amor; por um testemunho tão nítido de sua aceitação no Bem-amado, que nunca se apartará deles. Essa “plena certeza da fé” dominará toda a dúvida, assim como todo receio tormentoso, visto que Deus agora lhes dá uma segura esperança de natureza perdurável e “forte consolação através da graça”. Não discuto se é possível a qualquer daqueles que “caíram, tendo sido uma vez iluminados e feitos participantes do Espírito Santo”, apenas lhe seja suficiente dizer, pelo poder que agora repousa sobre ele: “Quem nos separará do amor de Cristo? – Estou persuadido de que nem a morte, nem a vida, nem as coisas presentes, sem as coisas futuras, nem a altura, nem a profundidade, serão capazes de separar-nos do amor de Deus, que é em Cristo Jesus, nosso Senhor”. (Rm 8.35-39).

5. Todo este processo, tanto de chorar por um Deus ausente como de recobrar a alegria de sua face, parece ser uma sombra daquilo que nosso Senhor disse a seus apóstolos, na noite precedente à sua paixão: “Não vos inquieteis acerca do que vos digo: um pouco, e não me vereis; e outra vez um pouco, e ver-me-eis. Em verdade, em verdade vos digo, que chorareis e vos lamentareis” quando não me virdes, “mas o mundo se regozijará”, triunfando sobre vós, à medida que vossa esperança for extinguindo. “E vós vos entristecereis”, pela dúvida, pelo temor, pela tentação, pelo desejo irresistível, “mas vossa tristeza se converterá em gozo”, pela volta daquele a quem ama vossa alma. “A mulher, quando está em trabalho, tem tristeza, por ter chegado sua hora; mas tão logo ê a luz, ela não mais se lembra da angústia, pela alegria de Ter dado um homem ao mundo. Agora estais tristes”, chorais e não podeis ser consolados; “mas eu vos verei outra vez, e vosso coração se rejubilará” com calma, interior alegria, “e vosso gozo ninguém vo-lo arrebatará”. (Jo 16.19-22).

6. Embora esse pranto chegue ao fim, transformado em santa alegria, pela volta do Consolador, ainda há outro pranto, e bem-aventurado pranto, que permanece nos filhos de Deus. Eles ainda choram os pecados e as misérias da humanidade: “choram com os que choram”. Choram pelos que não choram por si mesmos, pelos que pecam contra a própria alma. Choram pelas fraquezas e infidelidade daqueles que, em certa medida, foram salvos de seus pecados. “Quem é fraco, e eles não fraquejem? Quem é ofendido, e eles não sintam?” Sentem-se ofendidos pela injúria contínua feita à Majestade dos céus e da terra. Em todos os tempos tem um tremendo sentimento dessa desonra, que estende sobre seu espírito uma névoa de melancolia, melancolia que se vai aumentando, uma vez abertos os olhos de seu entendimento, à contemplação do vasto oceano da eternidade, sem fundo e sem praia, que já tragou milhões de milhões de almas e ainda está pronto a devorar os que restam. Contemplam a casa de Deus, eterna, nos céus: ali o inferno e a perdição se acham descobertos; por isso sentem a importância de cada momento, que surge – e logo passa para sempre!

7. Mas toda essa sabedoria de Deus é loucura para o mundo. Toda a questão de pranto e pobreza de espírito é para os homens do mundo estupidez e loucura. Ainda é bom quando eles pronunciam juízo tão favorável acerca dessas coisas; ainda é bom que eles não as considerem como simples falta de espírito, de melancolia, senão bem qualificada demência ou depressão mental. De modo algum se deve maravilhar de que tal juízo proceda daqueles que conhecem a Deus. Suponhamos que, andando juntas duas pessoas, subitamente uma delas se detivesse e, com os sinais mais nítidos de medo e angústia, gritasse: “Em que precipício estamos! Vê, estamos quase a ser reduzidos a pedaços! Mais um passo, e tombaremos no tremendo abismo! Para! Por coisa alguma do mundo quero ir além!” – e o outro, que de resto parecia igualmente superexcitado, olha para a frente e nada vê de tudo aquilo. Que pensaria ele de seu

companheiro, senão que estava fora de si, que sua mente sofria desarranjo, que demasiada religião (se ele não pudesse ser acusado de “muitas letras”), tinha-lhe certamente tirado o juízo!

8. Que os filhos de Deus “os pranteadores de Sião”, não se deixem abalar por nenhuma dessas coisas. Vós, que tendes os olhos iluminados, não vos deixes conturbar por aqueles que ainda andam em trevas. Não seguimos uma sombra vã: Deus e a eternidade são coisas reais. O céu e o inferno estão claramente abertos diante de vós – e estais justamente à borda do grande abismo. Ele já tragou maior número de almas do que as palavras podem expressar: nações, raças, povos e línguas, e ainda se move para devorar, seja pressentindo ou não, os efêmeros, miseráveis filhos dos homens. Oh! Clamai com força! Não vos caleis! Levantai vossa voz para aquele que dirige tanto o tempo como a eternidade, a favor de vós mesmos e de vossos irmãos, para que possais ser contados entre os que hão de escapar à destruição que vem como um vendaval; para que a salvo possais ser conduzidos ao céu, que é vosso destino, através de todas as vagas e tempestades! Chorai por vós mesmos, até que Deus enxugue as lágrimas de vossos olhos. Depois, chorai pelas calamidades que descem sobre a terra, até que o Deus de todos ponha fim à miséria e ao pecado, estanque o pranto de todas as faces e “o conhecimento do Senhor cubra a terra, assim como as águas enchem o mar”.

QUESTIONÁRIO SOBRE O SERMÃO 21

- P. 1. (§ 1). Que conseqüência natural se menciona, dos ensinamentos e milagres de nosso Senhor?
- P. 2. (§ 2). A quem foi o sermão pregado?
- P. 3. (§ 3). Qual é o assunto?
- P. 4. (§ 4). Para quem foi composto este sermão?
- P. 5. (§ 5). Em que concordam todos os homens?
- P. 6. (§ 6). Há qualquer restrição a ser feita?
- P. 7. (§ 7). Que se diz do método de nosso Senhor?
- P. 8. (§ 8). Que se diz do espírito do pregador?
- P. 9. (§ 9). Que se diz de seu ar de autoridade?
- P. 10. (§ 10). Como se divide o sermão?
- P. 11. (I. 1). Que se estabelece primeiro?
- P. 12. (I. 2). Qual é o fundamento de tudo?
- P. 13. (I. 3). A expressão “pobre de espírito” designa os que amam a pobreza?
- P. 14. (I. 4). Quais são, logo, os pobres de espírito?
- P. 15. (I. 5). Que se diz de sua culpa?
- P. 16. (I. 6). Pode ele fazer qualquer propiciação?
- P. 17. (I. 7). Em que implica a pobreza do espírito?
- P. 18. (I. 8). O grande apóstolo fala do mesmo modo?
- P. 19. (I. 9). O que é aí observado por alguém?
- P. 20. (I. 10). Que exortação aí se faz?
- P. 21. (I. 11). Que é o “reino dos céus?”
- P. 22. (I. 12). Quem tem direito a ele?
- P. 23. (I. 13). Que é a genuína humildade?
- P. 24. (II. 1). Quem não tem opinião acerca disso?
- P. 25. (II. 2). A promessa aí contida se estende aos que choram por qualquer motivo terreno?
- P. 26. (II. 3). Que se diz dos que choram, aos quais se refere nosso Senhor?
- P. 27. (II. 4). Que se diz da presente aflição?
- P. 28. (II. 5). Que foi simbolizado nas palavras de nosso Senhor aos apóstolos, na noite que precedeu sua crucificação?
- P. 29. (II. 6). Qual é o pranto abençoado?
- P. 30. (II. 7). Que representa tudo isso aos olhos do mundo?
- P. 31. (II. 8). Que incentivo é dado aí?